Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro
CNPJ nº 11.369.979/0001-96
(Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. – CNPJ nº 23.863.529/0001-34)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

17 de setembro de 2026

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro

ÍNDICE

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administradora sobre as demonstrações contábeis para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e 28 de fevereiro de 2025	11

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e à administradora do
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais
(Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro. ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais, em 28 de fevereiro de 2026, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 6, que descreve a reapresentação das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 28 de

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

fevereiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2024, decorrente da contabilização extemporânea de operações relacionadas à distribuição de dividendos e à cessão de valores aos cotistas, com base nos Termos de Declaração de Transferência de Dividendos. Conforme divulgado pela Administração, as demonstrações contábeis reapresentadas refletem os efeitos dessas operações, bem como os respectivos aspectos societários, regulatórios e tributários, motivo pelo qual remetemos os usuários à leitura da referida nota explicativa para sua adequada compreensão.

Outros assuntos

Reemissão do relatório do auditor independente

O nosso relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras do Fundo, originalmente emitido em 21 de julho de 2026, conteve uma opinião sem modificação. Este relatório está sendo reemitido em virtude da reapresentação das demonstrações financeiras para incorporar um maior detalhamento na Nota Explicativa nº 06. A nossa opinião não contém ressalva ou modificação em relação a este assunto.

Responsabilidade da administradora sobre as demonstrações contábeis

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em participações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis do Fundo, tomadas em conjunto, estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participação detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

17 de setembro de 2026

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro

Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Presidente Prudente, 17 de setembro de 2026.

APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S S:06017215000100

Assinado digitalmente por APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S S:06017215000100
ND: C=BR, CN=APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S S:06017215000100, L=Presidente Prudente, O=ICP-Brasil, OU=RFB e-CNPJ A1, ST=SP
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.21 14:21:09-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES:16461734813

Assinado digitalmente por LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES:16461734813
ND: C=BR, CN=LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES:16461734813, O=ICP-Brasil, OU=(em branco)
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.21 14:21:30 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro
(CNPJ nº 11.369.979/0001-96)
Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. - (CNPJ nº 23.863.529/0001-34)
Balanços patrimoniais em 28 de fevereiro de 2026 e 28 de fevereiro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Valor atual 28.02.2026	% sobre o ativo/passivo 28.02.2026	Valor atual 28.02.2025 (Reapresentado)	% sobre o ativo/passivo 28.02.2025 (Reapresentado)	Valor atual 28.02.2024 (Reapresentado)	% sobre o ativo/passivo 28.02.2024 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**14**	**-**	**83**	**-**	**104**	**-**
Disponibilidades							
Banco conta movimento		14	-	83	-	104	-
Participação em ações de companhias fechadas	**5**	**5.784.808**	**44,88**	**5.691.578**	**65,50**	**5.105.512**	**84,12**
J&F S.A - PN		-	-	2.845.789	32,75	2.552.756	42,06
J&F S.A - ON		5.784.808	44,88	2.845.789	32,75	2.552.756	42,06
Outros créditos		**7.102.764**	**55,12**	**2.997.776**	**34,50**	**963.691**	**15,88**
Contas a receber	**6**	2.997.466	23,26	2.997.466	34,50	-	-
Dividendos a receber	**6**	4.104.988	31,85	-	-	963.381	15,88
Bloqueio judicial		310	-	310	-	310	-
Total do ativo		**12.887.586**	**100,00**	**8.689.437**	**100,00**	**6.069.307**	**100,00**
Passivo							
Circulante							
Encargos a pagar		**152**	**-**	**824.548**	**9,49**	**768.298**	**12,66**
Demandas judiciais	**19**	-	-	824.381	9,49	768.184	12,66
Taxa de gestão		13	-	-	-	-	-
Taxa de administração (*)	**20**	107	-	134	-	100	-
Taxa de fiscalização CVM		7	-	9	-	9	-
Auditoria e custódia		25	-	23	-	5	-
Despesas diversas		-	-	1	-	-	-
Total do passivo		**152**	**-**	**824.548**	**9,49**	**768.298**	**12,66**
Patrimônio líquido	**10**	**12.887.434**	**100,00**	**7.864.889**	**90,51**	**5.301.009**	**87,34**
Cotas subscritas e integralizadas		1.838.308	14,26	1.837.624	21,15	1.836.786	30,26
Resultados abrangentes		272.356	2,11	(105.364)	(1,22)	13.270	0,22
Reservas de lucros		10.776.770	83,63	6.132.629	70,58	3.450.953	56,86
Total do passivo e do patrimônio líquido		**12.887.586**	**100,00**	**8.689.437**	**100,00**	**6.069.307**	**100,00**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro - (CNPJ nº 11.369.979/0001-96)
Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. (CNPJ nº 23.863.529/0001-34)
Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente em 28 de fevereiro de 2026 e 28 de fevereiro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	28.02.2026	28.02.2025 (Reapresentado)	28.02.2024 (Reapresentado)
Composição de resultado do exercício				
Ações de companhias fechadas		**3.820.499**	**2.753.218**	**(309.394)**
Valorização de ações pela equivalência patrimonial		3.820.499	2.753.218	(309.394)
Demandas judiciais		**824.382**	**(56.197)**	**(95.775)**
Despesas com demandas judiciais		824.382	(56.197)	(95.775)
Despesas	**9**	**(740)**	**(911)**	**(2.581)**
Taxa de administração	**20**	(680)	(800)	(800)
Auditoria e custódia		(30)	(39)	(11)
Taxa de gestão		(27)	-	-
Consultoria jurídica		-	-	(1.700)
Despesa prestação de serviços		(1)	(10)	-
Outras despesas administrativas		(1)	(5)	(4)
Taxa de fiscalização - CVM		-	(57)	(66)
Resultado líquido do exercício		**4.644.141**	**2.696.110**	**(407.750)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	28.02.2026	28.02.2025 (Reapresentado)	28.02.2024 (Reapresentado)
Resultado do exercício	**4.644.141**	**2.696.110**	**(407.750)**
Outros resultados abrangentes	377.720	(118.634)	13.270
Resultado abrangente do período	**5.021.861**	**2.577.476**	**(394.480)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro
CNPJ nº 11.369.979/0001-96)
Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. – (CNPJ nº 23.863.529/0001-34)
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 28 de fevereiro de 2026 e 28 de fevereiro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Cotas Integralizadas	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 28 de fevereiro de 2024 - (Reapresentado)		**1.836.786**	**3.450.953**	**-**	**13.270**	**5.301.009**
Emissão de cotas		838	-	-	-	838
Resultado líquido do exercício		-	-	2.696.110	-	2.696.110
Resultado abrangente da investida		-	-	-	(118.634)	(118.634)
Ajustes de exercício anterior - equivalência patrimonial		-	-	(14.434)	-	(14.434)
Destinação de reservas		-	2.681.676	(2.681.676)	-	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2025 - (Reapresentado)		**1.837.624**	**6.132.629**	**-**	**(105.364)**	**7.864.889**
Emissão de cotas		684	-	-	-	684
Resultado líquido do exercício		-	-	4.644.141	-	4.644.141
Resultado abrangente da investida		-	-	-	377.720	377.720
Destinação de reservas		-	4.644.141	(4.644.141)	-	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2026		**1.838.308**	**10.776.770**	**-**	**272.356**	**12.887.434**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro - (CNPJ nº 11.369.979/0001-96)
Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. (CNPJ nº 23.863.529/0001-34)
Demonstrações dos fluxos de caixa –Método direto em 28 de fevereiro de 2026 e 28 de fevereiro de 2025
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Fluxo de Caixa Método Direto

	Nota	28.02.2026	28.02.2025	28.02.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Pagamento despesas administrativas		(5)	(8)	(4)
Pagamento auditoria e custódia		(26)	(21)	(11)
Pagamento de consultoria jurídica		(1)	-	(1.700)
Pagamento taxa de administração		(708)	(772)	(767)
Pagamento taxa de gestão		(13)	-	-
Pagamento taxa de fiscalização - CVM		-	(57)	(57)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(753)**	**(858)**	**(2.539)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de cotas		684	837	2.563
Caixa líquido das atividades de financiamento		**684**	**837**	**2.563**
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(69)**	**(21)**	**24**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**4**	83	104	80
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**4**	14	83	104
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(69)**	**(21)**	**24**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP Fiagro - (CNPJ nº 11.369.979/0001-96)
Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. (CNPJ nº 23.863.529/0001-34)
Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais, exceto pelo valor unitário das cotas)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP FIAGRO ("Fundo"), foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da data da integralização inicial, e que poderá ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas. O Fundo foi constituído em 07 de maio de 2018 e iniciou suas operações em 29 de junho daquele mesmo ano. Destina-se a investidores qualificados, assim entendidas as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito, nos termos do artigo 12º da Resolução CVM nº 30, de 12 de maio de 2021.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, observada a política de investimento definida pelo regulamento do Fundo, por meio da aquisição direta de ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias investidas abertas ou fechadas, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório das companhias investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Não Entidade de Investimento". A classificação foi definida considerando que o Fundo cumpre cumulativamente os seguintes indicadores e características aplicáveis às entidades de investimentos, conforme definido pela referida norma:

- O Fundo obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, que possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas. Quanto a plena discricionariedade, não se caracterizam os casos em que os cotistas deliberem sobre propostas encaminhadas pelo gestor, por meio de comitê de investimento, em relação às decisões inerentes à composição da carteira do Fundo;

- O Fundo se compromete com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

- O Fundo substancialmente é mensurado e avaliado quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

• O Fundo define em seu regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações do Fundo não contam com a garantia da Administração ou de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administração no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais se sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo inclusive, ocorrer perda do capital investido.

A administração e a gestão da carteira do Fundo são realizadas pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. ("Administradora" e "Gestora").

Reapresentação das Demonstrações Contábeis dos períodos findo em 28/02/2025 e 28/02/2024

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2024 foram reapresentadas em decorrência da revisão do tratamento contábil adotado para operações formalizadas por meio de Termos de Declaração de Transferência de Dividendos, celebrados em exercícios anteriores, bem como da revisão do cálculo da equivalência patrimonial.

No curso da revisão das demonstrações contábeis, a Administração concluiu que os efeitos patrimoniais dessas operações deveriam ter sido reconhecidos no período em que foram formalizadas, em observância ao regime de competência e à adequada representação da essência econômica das transações.

Em razão disso, procedeu-se ao reconhecimento retrospectivo dos respectivos efeitos contábeis, com a reapresentação das informações comparativas, visando assegurar maior fidedignidade, comparabilidade e transparência das demonstrações contábeis.

Os Termos de Declaração de Transferência de Dividendos formalizaram a transferência onerosa, a terceiros, do direito de recebimento de dividendos aprovados pela investida. Nos termos desses instrumentos, a contraparte assumiu a obrigação de restituir ao Fundo o valor correspondente no prazo de até 10 (dez) anos, observadas as condições contratuais pactuadas.

A Administração entende que o tratamento contábil adotado na reapresentação reflete adequadamente a substância econômica das operações e está suportado pela documentação contratual correspondente.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

A seguir quadro comparativo das informações divulgadas anteriormente, os ajustes e retificação e a posição com o valor reapresentado nos períodos findos em 28.02.2025 e 28.02.2024:

Efeitos no Balanço Patrimonial

		28.02.2025			28.02.2024		
Rubrica / Demonstração	**Nota**	**Valor divulgado anteriormente**	**Ajustes Retificação**	**Valor reapresentado**	**Valor divulgado anteriormente**	**Ajustes Retificação**	**Valor reapresentado**
Balanço Patrimonial							
Ativo							
Participação em ações de companhias fechadas	**5**	**11.386.130**	**(5.694.552)**	**5.691.578**	**10.219.598**	**(5.114.086)**	**5.105.512**
J&F S.A - PN		5.694.831	(2.849.042)	2.845.789	5.111.384	(2.558.628)	2.552.756
J&F S.A - ON		5.691.299	(2.845.510)	2.845.789	5.108.214	(2.555.458)	2.552.756
Outros créditos	**6**	**310**	**2.997.466**	**2.997.466**	**310**	**963.381**	**963.691**
Contas a receber		-	2.997.466	2.997.466	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	-	-	963.381	963.381
Bloqueio judicial		310	-	-	310	-	-
Total do ativo		**11.386.440**	**(2.697.086)**	**8.689.044**	**10.219.908**	**(4.150.705)**	**6.069.203**
Passivo							
Patrimônio líquido		**10.561.975**	**(2.697.086)**	**7.864.889**	**9.451.714**	**(4.150.705)**	**5.301.009**
Cotas subscritas e integralizadas	**10**	1.796.620	41.004	1.837.624	1.795.783	41.003	1.836.786
Resultados abrangentes		-	(105.364)	(105.364)	-	13.270	13.270
Reservas de lucros		8.765.355	(2.632.726)	6.132.629	7.655.931	(4.204.978)	3.450.953
Total do passivo e do patrimônio líquido		**10.561.975**	**(2.697.086)**	**7.864.889**	**9.451.714**	**(4.150.705)**	**5.301.009**

Efeitos no Resultado

	28.02.2025			28.02.2024		
Demonstração do Resultado do Exercício	**Valor divulgado anteriormente**	**Ajustes Retificação**	**Valor reapresentado**	**Valor divulgado anteriormente**	**Ajustes Retificação**	**Valor reapresentado**
Composição de resultado do exercício						
Ações de companhias fechadas	**1.172.438**	**1.580.780**	**2.753.218**	**(119.079)**	**428.473**	**309.394**
Valorização de ações pela equivalência patrimonial	1.172.438	1.580.780	2.753.218	(119.079)	428.473	309.394
Resultado líquido do exercício	**1.115.330**	**1.580.780**	**2.696.110**	**(217.435)**	**428.473**	**(407.750)**

	28.02.2025			28.02.2024		
Demonstração do Resultado Abrangente	**Valor divulgado anteriormente**	**Ajustes Retificação**	**Valor reapresentado**	**Valor divulgado anteriormente**	**Ajustes Retificação**	**Valor reapresentado**
Resultado do exercício	**1.115.330**	**(118.634)**	**2.696.110**	**(217.435)**	**13.270**	**(407.750)**
Outros resultados abrangentes	-	(118.634)	(118.634)	-	13.270	13.270
Resultado abrangente do período	**1.115.330**	**(118.634)**	**2.577.476**	**(217.435)**	**13.270**	**(394.480)**

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, as quais se configuram em diretrizes contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando inclusive aspectos contábeis que são específicos para os diferentes segmentos do mercado, conforme disciplinado pelas normas previstas, especificamente a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 175/22 e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização de determinados investimentos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva realização financeira desses investimentos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dessas premissas/expectativas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 20 de julho de 2026.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão destacadas abaixo:

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais.

(b) Participação em companhias fechadas – ações sem cotação em bolsa

As ações de companhia de capital fechado, que não possuem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, são registradas inicialmente pelo seu valor de aquisição e ajustadas pelo seu valor justo, nos termos da Instrução CVM Nº 579/16.

O resultado decorrente da avaliação dos ativos, mesmo que não realizados financeiramente, são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Dividendos e/ou juros de capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são contabilizados na data em que são declarados

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

em favor das ações de propriedade do Fundo.

(d) Contingências

Contingências ativas: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administradora possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

Contingências passivas: são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que implicaria forte indício de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis, e as classificadas como de perda remota não requerem provisão e divulgação.

(e) Outros ativos e passivos financeiros

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Fundo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Fundo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(f) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 28 de fevereiro de 2026, o caixa e equivalentes de caixa do Fundo é representado por depósitos bancários no montante de R$ 14 (R$ 83 em 2025).

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

5 PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE COMPANHIAS FECHADAS

Em 28 de fevereiro de 2026, de 2025 e 2024, o Fundo detém participação societária na J&F S.A., conforme apresentado abaixo:

		2026		
Ações de companhias fechadas	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor de Mercado**	**% sobre o PL do Fundo**
J&F S.A	ON	34.289.343	5.784.808	44,88

		2025 - (Reapresentado)		
Ações de companhias fechadas	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor de Mercado**	**% sobre o PL do Fundo**
J&F S.A	PN	17.144.671	2.845.789	32,75
J&F S.A	ON	17.144.672	2.845.789	32,75

		2024 - (Reapresentado)		
Ações de companhias fechadas	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor de Mercado**	**% sobre o PL do Fundo**
J&F S.A	PN	17.144.671	2.552.756	42,06
J&F S.A	ON	17.144.672	2.552.756	42,06

a) Descrição da companhia investida

O Fundo tem como principal ativo a participação na J&F S.A. ("J&F" ou "Companhia") detendo 28,02% das ações ON e 28,04% das ações PN do seu capital, totalizando 28,03%.

A Companhia foi constituída para a criação de uma associação entre as companhias JBS S.A. e Bertin S.A. A J&F S.A. ("J&F" ou "Companhia"), com sede no Brasil, no estado de São Paulo, é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito a gestão e investimentos estratégicos, focada em aquisições, consolidação e gestão de empresas de diversos setores. A Companhia tem como objetivo principal maximizar o valor para os acionistas por meio da identificação de oportunidades de investimento promissores e no fornecimento de recursos financeiros e de gestão necessários para impulsionar o crescimento e a eficiência das empresas adquiridas que se encontram em fase de desenvolvimento. Com uma estratégia de investimento diversificada, a Companhia concentra-se em empresas que possuem potencial de crescimento significativo, os setores de atuação incluem, mas não estão limitados a alimentos, energia, bens de consumo, mineração, papel e celulose, serviços financeiros e imobiliário.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

A companhia teve suas demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2025, auditadas por auditores independentes com relatório emitido em 30 de março de 2026, sem modificação de opinião.

Apresentamos abaixo, os principais números consolidados da companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Exercícios	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2025	48.925.118	21.242.078
31 de dezembro de 2024	54.577.716	16.391.365

b) Movimentação da aplicação em ações de companhias fechadas

Participação societária	Saldo em 28/02/2025 (Reapresentado)	PL Resultado abrangente investida	PL Transação de capital investida	Equivalência patrimonial exercícios anteriores	Dividendos a receber	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 28/02/2026
J&F S.A.	5.691.578	453.198	(75.479)	-	(4.104.988)	3.820.499	5.784.808

Participação societária	Saldo em 28/02/2024 (Reapresentado)	PL Resultado abrangente investida	PL Transação de capital investida	Equivalência patrimonial exercícios anteriores	Dividendos a receber	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 28/02/2025 (Reapresentado)
J&F S.A.	5.105.512	(144.874)	26.240	(14.434)	(2.034.084)	2.753.218	5.691.578

6 OUTROS CRÉDITOS

Representados por (i) dividendos a receber da participação societária investida do Fundo, decorrentes de distribuições de dividendos regularmente deliberadas e ainda não liquidadas; e (ii) contas a receber decorrentes da cessão de direitos creditórios. Com relação aos créditos referidos no item (ii), o Fundo celebrou instrumento de cessão de direitos creditórios, mediante o qual tais direitos foram transferidos, tendo sido reconhecido, em contrapartida, crédito a receber do respectivo cessionário, nos termos e condições pactuados. Esses créditos das cessões possuem condições e prazos de realização próprios, conforme estabelecidos nos respectivos instrumentos que lhes deram origem.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos (i) para fins de proteção patrimonial; ou (ii) quando tais operações envolverem opções de compra ou venda de ações da Companhia Alvo com o propósito de: (a) ajustar o preço de aquisição da companhia com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025, o Fundo não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos.

8 GERENCIAMENTO E CONTROLES RELACIONADOS AOS RISCOS

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

Os principais fatores de riscos aos que os recursos que constam na carteira do Fundo e os cotistas estão sujeitos estão descritos abaixo.

(i) Risco de Liquidez: Pode não haver ou haver um reduzido mercado comprador para os títulos e valores mobiliários detidos pelo Fundo. Consequentemente, o Fundo pode não conseguir alienar um investimento quando desejar fazê-lo. Alguns dos Títulos e Valores Mobiliários adquiridos pelo Fundo podem ter sido emitidos por meio de operações de colocação privada e estar sujeitos a restrições legais e contratuais quanto à sua alienação pelo Fundo. Em alguns casos, a venda dos Títulos e Valores Mobiliários detidos pelo Fundo pode requerer negociações demoradas. Caso o Fundo precise vender tais Títulos e Valores Mobiliários (i) pode não haver mercado comprador de tais Títulos e Valores Mobiliários, (ii) a definição do preço de tais Títulos e Valores Mobiliários, pode não resultar em um preço compatível com as expectativas do Fundo ou de um Cotista, ou (iii) o preço de venda de tais Títulos e Valores Mobiliários pode resultar em perdas para o Fundo ou, conforme o caso, para o Cotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou converter quaisquer desses Títulos e Valores Mobiliários em caixa ou títulos líquidos. Embora o Fundo atualmente não pretenda realizar nenhuma distribuição de Títulos e Valores Mobiliários como dação em pagamento aos Cotistas, se tais distribuições forem feitas, os

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

riscos descritos acima são também aplicáveis a quaisquer Títulos e Valores Mobiliários distribuídos aos Cotistas.

O Fundo é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o Cotista consiga alienar suas Cotas pelo preço e no momento desejados. As Cotas não podem ser cedidas nem transferidas por qualquer Cotista sem o consentimento dos Cotistas. Além disso, os Cotistas não podem resgatar suas Cotas, salvo no caso de liquidação do Fundo. Assim sendo, as Cotas constituem investimentos sem liquidez e somente devem ser adquiridas por pessoas que tenham capacidade de suportar o risco de tal investimento por prazo indeterminado.

(ii) Riscos relacionados às companhias investidas: Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que a Administradora e/ou o Comitê de Investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas de cada uma das Companhias Investidas. Embora tal participação em algumas circunstâncias possa ser importante para a estratégia de investimento do Fundo e possa aumentar a capacidade do Fundo de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o Fundo a reivindicações a que o mesmo não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso alguma das Companhias Investidas tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida pode ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Cotas, podendo, inclusive, gerar Patrimônio Líquido negativo, podendo, em conformidade com o disposto no Parágrafo Vinte abaixo, sujeitar os Cotistas a realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Os investimentos do Fundo podem ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida, e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do fundo e das Cotas.

Uma parcela dos investimentos do Fundo pode envolver investimentos em companhias abertas ou em companhias que venham a abrir seu capital. Investimentos em companhias abertas podem sujeitar o Fundo a riscos que variam em tipo e grau daqueles envolvidos nos investimentos em companhias fechadas. Tais riscos incluem, sem limitação, maior volatilidade na avaliação de tais companhias, maiores obrigações de divulgação de informações sobre tais companhias, limites à capacidade do Fundo de alienar tais valores mobiliários em determinados momentos (inclusive devido ao conhecimento, pelo Fundo, de informações não públicas relevantes), maiores chances de propositura de ações pelos acionistas contra os membros do conselho de administração dessas companhias, que podem incluir membros do Comitê de Investimento, processos administrativos movidos pela CVM e aumento nos custos relacionados a cada um desses riscos.

O Fundo pode investir em companhias que atuam em setor regulamentado. As operações de tais companhias estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a maior grau de regulamentação em decorrência de novas exigências. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas Companhias Investidas.

Dessa forma, a alteração da regulamentação já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho das Companhias Investidas.

Investimentos em Companhias Investidas envolvem riscos relacionados ao setor em que as Companhias Investidas atuam. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe pari passu o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Não obstante a diligência e o cuidado do Comitê de Investimento, os pagamentos relativos aos Títulos e Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos,

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

juros sobre o capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas podem experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

(iii) Riscos de mercado em geral: As condições econômicas em geral, as taxas de juros e a disponibilidade de fontes alternativas de financiamento podem afetar os resultados do Fundo, inclusive o valor dos Títulos e Valores Mobiliários que o Fundo detém e sua capacidade de vendê-los com lucro. O desempenho das Companhias Alvo ou Companhias Investidas pode ser afetado de forma adversa por mudanças nas políticas do governo, tributação, início de construção de moradias populares, preços do petróleo, leis sobre o salário-mínimo, ou outras leis e regulamentos sobre as flutuações da moeda, tanto no Brasil quanto no exterior.

A precificação dos Títulos e Valores Mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo é realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, Títulos e Valores Mobiliários e demais operações, estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, podem ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Cotas.

(iv) Risco de crédito: Os ativos de uma Companhia Investida podem estar sujeitos à ônus e/ou outros direitos reais de garantia decorrentes das atividades financeiras de tal Companhia Investida. Mudanças na situação financeira de tal Companhia Investida e/ou na percepção dos beneficiários de tais ônus ou outros direitos reais de garantia sobre tal situação, bem como mudanças na situação econômica e política podem afetar a capacidade dessa Companhia Investida de satisfazer as obrigações incorridas com relação a tais atividades de financiamento, e isso pode causar impactos significativos nos preços e na liquidez de tal Companhia Investida.

(v) Risco de Distribuição: Não se pode garantir que as operações do Fundo serão rentáveis, que o Fundo conseguirá evitar perdas, nem que os lucros resultantes de seus investimentos estarão disponíveis para distribuição aos Cotistas. O Fundo não tem outra fonte de recursos com a qual possa realizar distribuições aos cotistas além do lucro e dos ganhos auferidos com os seus investimentos e respectivos rendimentos.

(vi) Risco de Descontinuidade: O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas podem optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

situações, os cotistas têm seu horizonte original de investimento reduzido e podem não conseguir reinvestir os recursos que esperavam investir no Fundo ou receber a mesma remuneração que esperava ser proporcionada pelo Fundo. O Fundo e a Administradora não são obrigados a pagar qualquer multa ou penalidade a qualquer cotista, a qualquer título, em decorrência da liquidação do Fundo.

(vii) Risco de Derivativos: Com relação a determinados investimentos, o Fundo pode utilizar técnicas de hedge, mecanismos de proteção destinados a reduzir os riscos de movimentos negativos nas taxas de juros, preços de Títulos e Valores Mobiliários e taxas cambiais. Embora possam reduzir determinados riscos, essas operações por si só podem gerar outros riscos. Assim sendo, embora o Fundo possa se beneficiar do uso desses mecanismos de proteção, mudanças não previstas nas taxas de juros, preços dos valores mobiliários ou taxas de câmbio podem resultar em um pior desempenho em geral para o Fundo em comparação ao cenário em que tais operações de hedge não tivessem sido contratadas.

(viii) Riscos relacionados a fatores macroeconômicos e regulatórios: O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras.

Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente podem impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil, a CVM e demais órgãos competentes podem realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

(ix) Risco de responsabilidade Ilimitada e de patrimônio líquido negativo: O Fundo é uma comunhão de ativos organizados sob a forma de um condomínio e, portanto, as dívidas do Fundo que não forem devidamente satisfeitas com os ativos do Fundo podem ter que ser suportadas pelos Cotistas. Dessa forma, caso o Fundo não seja capaz de arcar com a

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

totalidade de suas obrigações com base em seu Patrimônio Líquido, os Cotistas podem vir a ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo para pagamento de tais obrigações.

(x) Outros riscos exógenos ao controle da Administração: O Fundo também pode estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros em geral, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Cotas.

9 ENCARGOS DEBITADOS AO FUNDO

Apresentamos a seguir os encargos debitados ao Fundo durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025, e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio apresentado na nota explicativa nº 10:

Encargos	28 de fevereiro de 2026		28 de fevereiro de 2025	
	R$ Mil	%	R$ Mil	%
Taxa de administração	680	0,01	800	0,01
Taxa de gestão	27	-	-	-
Taxa de fiscalização - CVM	-	-	57	-
Auditoria	30	-	39	-
Despesa prestação de serviços	1	-	10	-
Outras despesas administrativas	1	-	5	-
Total	**740**	**0,01**	**911**	**0,01**

10 CLASSES DE COTAS DO FUNDO

O Fundo é constituído por cotas de uma única classe, que correspondem a frações ideais de seu patrimônio e tem a forma nominativa e escritural, conferindo aos cotistas os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

Em 28 de fevereiro de 2026, o Fundo possui 1.783.782,6151 cotas integralizadas com valor patrimonial unitário de R$ 6.486,379506 (1.783.624,5785 cotas integralizadas no montante de

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

R$ 5.292,34 em 2025).

11 EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

Apresentamos abaixo a rentabilidade apurada com base na variação da cota, desconsiderando o efeito da distribuição de rendimentos, quando houver, e o patrimônio líquido médio nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025:

	Patrimônio líquido médio	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade do Fundo %
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2026	12.887.434	7.224,78	63,85
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2025	7.864.889	4.409,50	48,37
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2024	5.301.009	2.972,43	(2,31)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

12 EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

A emissão, subscrição e integralização de cotas do Fundo, bem como de eventuais novas cotas emitidas pelo Fundo, atenderão às seguintes condições: (i) valor unitário idêntico na data de emissão; e (ii) as cotas serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional ou em ativos (sendo certo que, tais ativos terão seus valores auferidos de acordo com seu valor de mercado, conforme laudo realizado por empresa independente de avaliação e/ou auditoria), no prazo e na data determinados no compromisso de investimento.

a) Emissão e integralização

O Fundo poderá emitir novas cotas, durante o período de investimento, e ficará sujeito às mesmas regras aplicáveis à emissão inicial, além das seguintes:

- Prazo de 180 dias para a subscrição contados da data de registro da sua emissão na CVM;
- A emissão e valor de novas cotas deverão ser aprovados pela Assembléia Geral.

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, houve a integralização de 113,290448 cotas pelo montante de R$ 684 (157,858023 cotas integralização no montante de R$ 837 em 2025).

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

b) Resgate e amortização

Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo ou sua liquidação antecipada.

A amortização de cotas será obrigatoriamente realizada através da distribuição aos cotistas de quantias em dinheiro, sendo admitido e aprovado em Assembleia Geral os pagamentos de amortizações ou da liquidação do Fundo com valores mobiliários. As amortizações serão pagas até o quinto dia útil após a efetiva entrada dos recursos no Fundo.

Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025, não houve amortização de cotas.

13 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADO

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas companhias investidas, bem como demais rendimentos e proventos, serão, mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas (a) distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas, ou (b) reinvestidos no Fundo.

14 SERVIÇOS DE GESTÃO, CUSTÓDIA E TESOURARIA

O Fundo é administrado e gerido pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 15.170, de 12 de agosto de 2016 (“Administradora” e “Gestora”).

As atividades de custódia, controladoria, escrituração de cotas e tesouraria de cotas são prestadas pela Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

15 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

a. Taxa de administração e gestão

Pela prestação das atividades de administração, gestão e controladoria do Fundo, o Fundo pagará à Administradora uma remuneração mensal de R$ 66,66666 (sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), atualizada anualmente pela variação

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

positiva do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M"), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro índice que venha a substituí-lo, a contar da primeira integralização de cotas do Fundo.

A taxa de administração é calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa do Fundo e paga mensalmente, por período vencido, até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2026, a taxa de administração registrada foi de R$ 680 (R$ 800 em 2025).

b. Demais taxas

O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição ou integralização de cotas, tampouco taxa de saída, quando do pagamento de amortizações ou do resgate, nem taxa de performance.

16 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A política de divulgação de informações relativa ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do exercício, o patrimônio e o valor dos investimentos do Fundo, o envio semestral da relação de demandas judiciais ou extrajudiciais, o balancete semestral e o relatório da Administradora. A publicação de informações deve ser feita na página da Administradora na rede mundial de computadores e mantida disponível aos cotistas em sua sede.

17 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

IOF

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

Imposto de Renda

Conforme disposto no art. 32 da Instrução Normativa RFB 1.585/2015, os cotistas de Fundo de Investimento em Participações estão sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda, incidentes

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Tais normas tributárias não se aplicam a cotistas que se configurem isentos ou imunes do imposto de renda em decorrência de legislações específicas tais como instituições financeiras, conforme artigo 859 do Decreto nº 9.580, datado de 22 de novembro de 2018 e entidades fechadas de previdência complementar, conforme artigo 5º da Lei 11.053, datada de 29 de dezembro de 2004.

18 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Conforme Resolução CVM nº 162/22, a Administradora no exercício auditado, não contratou nem teve quaisquer outros serviços prestados pelo auditor independente do Fundo, relacionados a este Fundo por ela administrado que não os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis do Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 DEMANDAS JUDICIAIS

Abaixo relação das contingências avaliadas pelos assessores jurídicos em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025:

Provável Perda

		Perda Provável	
Processo	**Parte Interessada**	**2026**	**2025**
Nº 0203901-66.2012.8.26.0100 e Nº 0170662-71.2012.8.26.0100	Mitarrej – Comarca de São Paulo	-	824.381

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

Possível Perda

Processo	Parte Interessada	Perda Possível 2026	Perda Possível 2025
Nº 0032647.21.2016.808.0024 - 10º Vara Cível da Comarca de Vitória/ES.	CEPEMAR	2.867	2.867
Nº 0228273-16.2011.8.26.0100 - 25ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP (**)	Câmara de Arbitragem do Mercado	432.440	432.440
Ação declaratória - 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de SP	União Federal	86	86
Nº 0027644-31.2007.8.26.0564 - 7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP	BASF	134.377	134.377
Nº 1022098-31.2014.8.26.0564 - 7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP	BASF	86	86
Total		**569.856**	**569.856**

(**) O Fundo figura apenas como interessado nesta demanda, não sendo diretamente afetado pelo resultado deste processo.

20 PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025, o Fundo realizou transações com partes relacionadas, conforme divulgado abaixo:

	2026			
Transação	Valor a Pagar	Despesa Registrada	Instituição	Relação
Taxa de Administração	107	680	CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda	Administradora e Gestora

	2025			
Transação	Valor a Pagar	Despesa Registrada	Instituição	Relação
Taxa de Administração	134	800	CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda	Administradora e Gestora

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes

21 ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Não ocorreram alterações estatutárias durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2026.

22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme assembleia geral de cotistas realizada na sede da administradora, foi deliberado e aprovado a substituição do administrador do Fundo no fechamento das operações de 04 de março de 2026.

23 OUTROS ASSUNTOS

a) Operação Carbono Oculto e liquidação extrajudicial

Em 28 de agosto de 2025, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, instauram inquérito denominado "Operação Carbono Oculto", para investigação e apuração de eventuais irregularidades em Fundos de Investimentos administrados pela CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ("Administradora").

Em 15 de janeiro de 2026, o Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), no uso das atribuições da lei e através do comunicado nº 44.538, comunica a decretação da liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social da Reag Trust Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários S.A., CNPJ 34.829.992/0001-86 (Ato do presidente do Banco Central do Brasil nº 1.375/2026). Fica nomeada liquidante, com amplos poderes de administração e liquidação, a APS Serviços Especializados de Apoio Administrativo Ltda., CNPJ 46.033.690/0001-86, tendo como responsável técnico Antônio Pereira de Souza. Registre-se, por oportuno, que nos termos da regulamentação aplicável, o patrimônio do Fundo é segregado do patrimônio da administradora.

Ramon Pessoa Dantas	Alan Venturini Souza
Diretor responsável	Contador CRC 1SP302045/O-3

* * *

Rubricado para fins de identificação
Approach Auditores Independentes